

Sustentabilidade e Bom Governo: Novas perspetivas para a auditoria

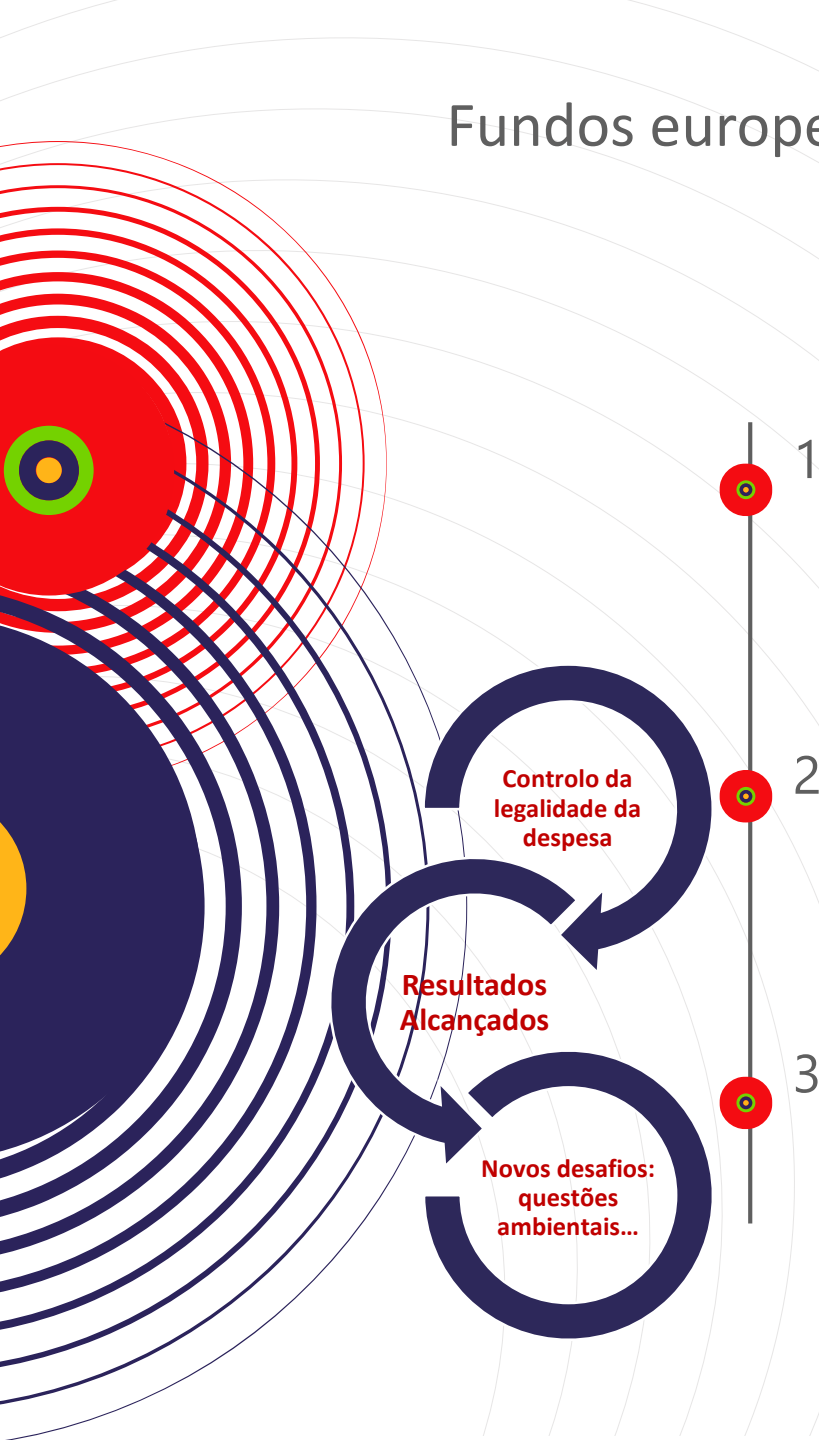


Fundos europeus: da legalidade aos resultados

Cláudia Joaquim, Presidente da AD&C

12 de abril 2023

Auditório da Reitoria da Universidade Nova de Lisboa



1. O papel da AD&C no ecossistema dos Fundos Europeus em Portugal
2. Portugal 2020 – os resultados alcançados
3. Fundos Europeus – os novos desafios do controlo e auditoria no Portugal 2030

1. O papel da AD&C no ecossistema dos Fundos Europeus em Portugal

O papel da AD&C nas Auditorias dos Fundos Europeus

Sistema de Gestão e Controlo



Garantir a proteção dos interesses financeiros da União Europeia, através de **sistemas de gestão e de controlo** que assegurem a utilização dos Fundos em conformidade com o direito da União e Nacional, em especial no que respeita à **prevenção, deteção e correção de fraudes, conflitos de interesses e corrupção**.

O papel da AD&C nas Auditorias dos Fundos Europeus



Decreto-Lei n.º 137/2014 de 12 de setembro
(Artigos 45.º e 46.º)



Decreto-Lei n.º 5/2023 de 25 de janeiro
(Artigos 26.º e 27.º)

- ✓ A IGF é a Autoridade de Auditoria
- ✓ A AD&C dispõe de uma Estrutura Segregada de Auditoria (ESA) para a execução das auditorias em operações em articulação com a Autoridade de Auditoria

A ESA é responsável pela :

- a) Formulação dos planos anuais de auditoria a operações, incluindo a elaboração das amostras, de acordo com os parâmetros definidos pela autoridade de auditoria;
- b) Realização de auditorias a operações;
- c) Realização de ações de controlo cruzado.

O papel da AD&C nas Auditorias dos Fundos Europeus

Auditorias em Operações



Testes Substantivos e de controlo

- ✓ Cumpre os critérios de seleção?
- ✓ Foi realizada em conformidade com a decisão de aprovação?
- ✓ Observa todas as condições aplicáveis relativamente à sua funcionalidade, utilização e objetivos a atingir?
- ✓ As despesas declaradas correspondem aos registos contabilísticos e demais documentação de suporte?
- ✓ As despesas declaradas estão em conformidade com as regras nacionais e comunitárias?
- ✓ A contribuição pública foi paga ao beneficiário, nos termos estabelecidos?

2. Portugal 2020 – os resultados alcançados

PT 2020 - Foco



Controlo e auditoria ao serviço da eficácia e eficiência na prossecução dos objetivos das políticas públicas:

- suportado por modelos adequados de monitorização e informação
- prevenção do duplo financiamento
- evitar risco de conflitos de interesses, corrupção e fraude



Controlo da Legalidade

A **orientação para resultados** é um elemento fundamental da Política de Coesão e por isso existiram incentivos legais:

- Condicionalidades *ex ante*
- Reserva de desempenho
- Custos simplificados



Financiamento como um meio e não um fim

- Orçamento da UE centrado nos resultados, destinado a melhorar a transparência e a prestação de contas
- Considerar o impacto como elemento determinante na afetação dos recursos e na gestão financeira

PT 2020 - Foco

- Auxílios de Estado

(efeito de incentivo, condições PME, intensidade do auxílio)

- Regras da Contratação Pública

(efetiva necessidade da aquisição, publicação BaseGov)

- Conflitos de Interesses

- Duplo Financiamento

- Cumprimento dos prazos de análise e pagamento do financiamento

- Pista de Auditoria

3. Fundos Europeus – os novos desafios do controlo e auditoria no Portugal 2030

Prioridades nacionais e alinhamento com as prioridades europeias



ESTRATÉGIA
PORTUGAL 2030

Organizada em torno de **4 agendas temáticas** e **18 domínios** para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território de Portugal até 2030

- Sustentabilidade demográfica
- Promoção da inclusão e luta contra a exclusão
- Resiliência do sistema de saúde
- Garantia de habitação condigna e acessível
- Combate às desigualdades e à discriminação

Agenda 1

As Pessoas
Primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade



- Promoção da sociedade do conhecimento
- Digitalização e inovação empresarial
- Qualificação dos Recursos Humanos
- Qualificação das instituições

Agenda 2

Digitalização, inovação e Qualificações como motores do desenvolvimento



- Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética
- Tornar a economia circular
- Reduzir os riscos e valorizar os ativos ambientais
- Agricultura e florestas sustentáveis
- Economia do mar sustentável

Agenda 3

Transição climática e Sustentabilidade dos recursos



- Competitividade das redes urbanas
- Competitividade e coesão na baixa densidade
- Projeção da faixa atlântica
- Inserção territorial mercado ibérico

Um País competitivo externamente e coeso internamente



Prioridades nacionais e alinhamento com as prioridades europeias

Prioridades e reformas para estabilidade e crescimento



Programa Nacional de Reformas

Grandes Opções

Referencial Estratégico 2030



Recursos de Financiamento



Prioridades nacionais e alinhamento com as prioridades europeias

Processo transformativo do país



O Acordo de Parceria assume este alinhamento estratégico:

desenvolve-se a partir da visão da Estratégia Portugal 2030 e em linha com os cinco objetivos estratégicos (OP) da União Europeia

OP1 - Uma Europa mais inteligente,
investindo na inovação, na digitalização, na competitividade das empresas,
nas competências para a especialização inteligente, transição industrial e
empreendedorismo

OP2 - Uma Europa mais «verde»,
que aplique o Acordo de Paris e invista na transição energética, nas
energias renováveis e na luta contra as alterações climáticas

OP3 - uma Europa mais conectada,
com redes de transportes estratégicas

OP4 - uma Europa mais social,
na senda do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, apoiando o emprego de
qualidade, a educação, as competências, a inclusão social e a igualdade de
acesso aos cuidados de saúde

OP5 - uma Europa mais próxima dos cidadãos,
através do apoio a estratégias de desenvolvimento a nível local e ao
desenvolvimento urbano sustentável na UE

Montante globais da Política da Coesão



Política da Coesão
22,6 mil M€

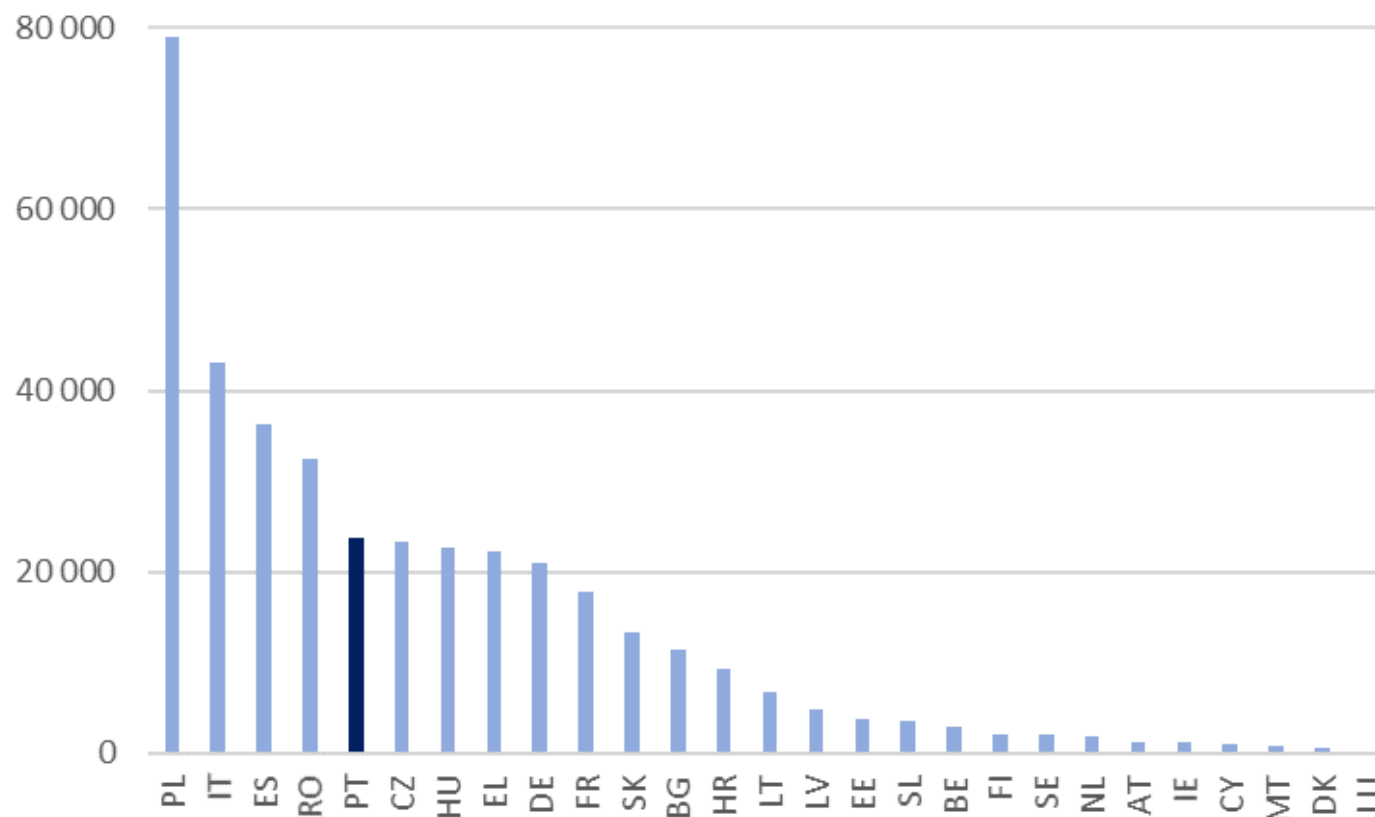
FEDER
11,5 mil M€

FC
3,4 mil M€

PRR
16,6 mil M€

FTJ
224 M€

FSE+
7,5 mil M€



PT 2030: será implementado através de 12 programas

4 Programas Temáticos

Demografia, Qualificações e Inclusão

Políticas Ativas de Emprego, Educação e Formação Profissional e Superior, Inclusão Social e Igualdade e não discriminação.

Inovação e Transição digital

Digitalização, inovação, I&D e internacionalização de empresas e das instituições de interface e do sistema científico, descarbonização e formação de ativos.

Ação Climática e Sustentabilidade

Adaptação às alterações climáticas, economia circular, mobilidade urbana, transportes (e.g. ferrovia e portos).

Mar

Sustentabilidade das pescas, eficiência energética e descarbonização, biodiversidade, valorização dos produtos da pesca e desenvolvimento local.

7 Programas Regionais

Norte

Centro

Lisboa

Alentejo

Algarve

Açores

Madeira

Programas particularmente focados na dimensão territorial das políticas públicas/territorialização das políticas públicas, incluindo também os Planos Territoriais para uma Transição Justa.

Programa Assistência Técnica

Ações de capacitação das entidades envolvidas na coordenação e gestão dos fundos, incluindo monitorização, avaliação, comunicação, sistemas de informação e controlo.

Programas de Cooperação Territorial Europeia

Portugal participa num conjunto de Programas, em parceria com os outros Estados Membros, nas vertentes transfronteiriça, transnacional e regiões ultraperiféricas, e com os outros Estados Membros e a Comissão Europeia, na vertente inter-regional.

Concentração

Focalizar o apoio num número limitado de domínios estratégicos para maximizar o seu impacto económico e social, estimulando uma mobilização mais eficiente de recursos

Simplificação

Continuar a reduzir barreiras de acesso e prazos de resposta, adotando tecnologias, processos e modelos organizacionais adequados

Orientação para resultados

Assegurar que a aplicação dos fundos europeus está orientada para os resultados a atingir, ligados aos objetivos estratégicos dos programas, com base na contratualização dos mesmos

Abertura à inovação

Implementar projetos-piloto e abordagens territoriais inovadoras para efeitos de posterior disseminação

Transparência e prestação de contas

Reforçar práticas de informação sobre os apoios atribuídos e avaliação dos resultados através do Portal + Transparência

Subsidiariedade

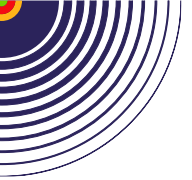
Reforçar a descentralização no processo de decisão, assumindo-a onde for mais eficiente

Segregação das funções e prevenção de conflitos de interesse

Separar funções de análise e decisão, de pagamento, da função contabilística e de auditoria e controlo

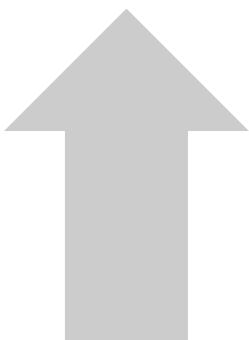
Sinergias com instrumentos nacionais e comunitários

Assegurar a coerência com outros instrumentos europeus e nacionais.



PT 2030: principais desafios

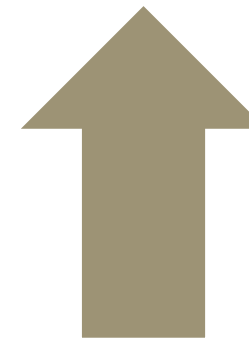
Escrutínio



Política de Coesão tem tradição de escrutínio

As exigências de transparência, responsabilização e entrega de resultados são proporcionais ao volume de recursos disponibilizados aos EM através do orçamento europeu

Concentração



Mais foco para maior impacto

Resposta a desafios estruturais de longo prazo.

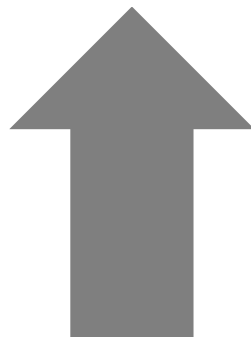
Alinhamento com as prioridades definidas a nível europeu – Semestre Europeu.

Existência de um conjunto de indicadores comuns

Simplificação

Reforçar os mecanismos de interoperabilidade que reduzem os encargos administrativos dos beneficiários.

Otimizar as cadeias de mediação processual na gestão de fundos.



Parceria / Partilha responsabilidades

Combinação de estruturas formais de consulta pública e outros mecanismos para alcançar uma maior diversidade de parceiros.

A maior participação e diversidade de propostas, gera maiores expectativas e compromisso



PT 2030: respostas aos desafios

Robustecimento dos
Sistemas de Informação

Aposta na Qualidade dos
Dados

Linha dos Fundos e
Balcão dos Fundos;

Academia dos Fundos

Reforço de articulação
entre as entidades do
Ecosistema dos Fundos
e entidades externas

Portal da transparência

Simplificação e
automação (critérios de
seleção, Despesa,
Contratação Pública)

Gestão de Risco nos
Fundos

Orientação para Resultados

- Maior ênfase nos outputs e resultados, bem como na **monitorização** e avaliação das intervenções e políticas.
- Fortalecer a responsabilidade do beneficiário.



ROBUSTECER MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Reforço da capacidade institucional

- A capacitação administrativa de todos os atores e instituições é uma dimensão fundamental para a eficiência e eficácia, mas é uma tarefa inacabada.
- Reforçar o envolvimento dos parceiros e da sociedade civil em todas as fases da política.



Flexibilidade

- Adaptação às necessidades e oportunidades específicas de cada região e país.
- Necessidade de responder a contextos de grande incerteza.
- Definição de objetivos específicos a nível nacional e regional.
- Princípio da subsidiariedade e abordagem territorial (place-based).

Complementaridades e sinergias

- Existência **simultânea** de vários fundos europeus, com regras, enfoques, horizontes temporais diferentes, etc.
- Relevância da **complementaridade e sinergias** entre diferentes instrumentos para alavancar impactos.

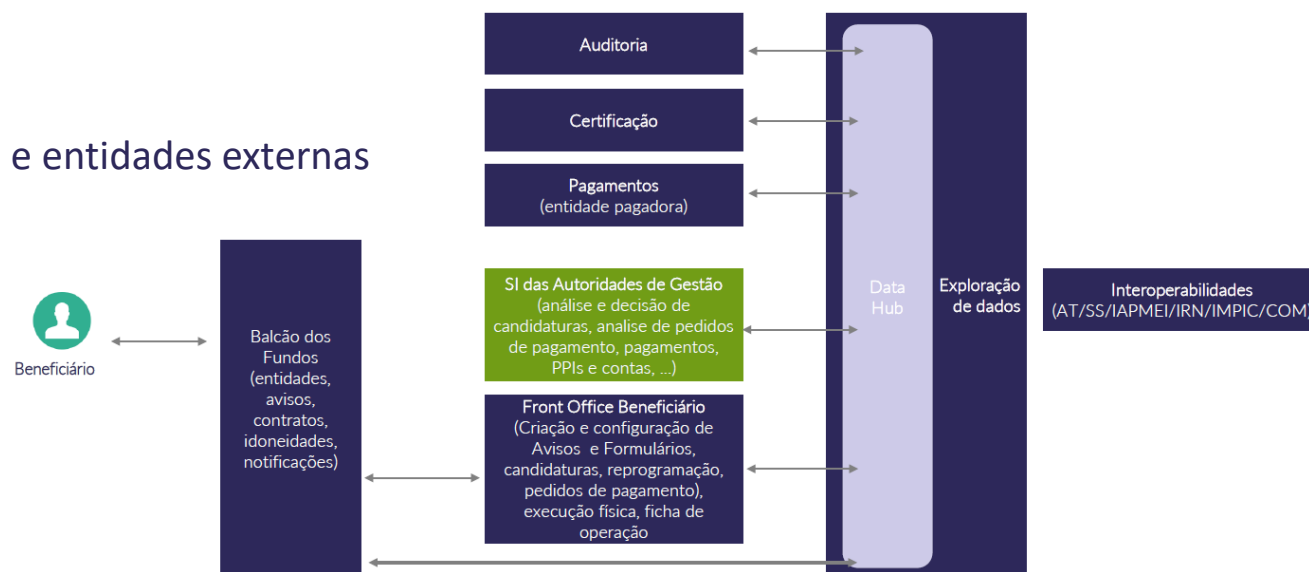
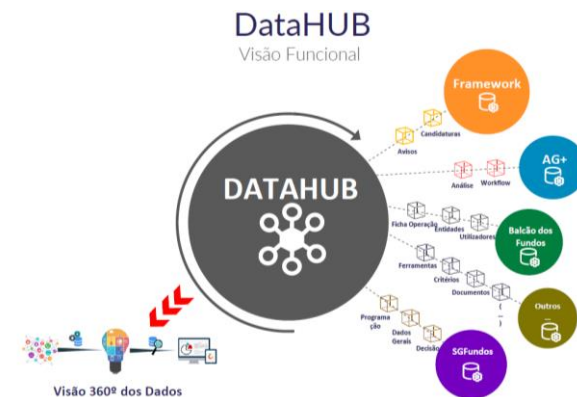


GARANTIR INEXISTÊNCIA DE DUPLO FINANCIAMENTO

Apesar da relevância da **complementaridade e sinergias** entre diferentes instrumentos para alavancar impactos, muitos destes desafios operacionais são potenciados pela existência simultânea de vários fundos europeus, com regras, enfoques, horizontes temporais diferentes, etc.

PT 2030: algumas medidas

- ❑ Melhorar a comunicação com o beneficiário através da Linha dos Fundos e do Balcão com layouts mais amigáveis com ajudas de contexto;
- ❑ Sistemas de Informação mais robustos, com ferramentas de análise, validações e alarmística;
- ❑ Qualidade dos Dados (Data HUB e Data Governance);
- ❑ Capacitação dos Recursos Humanos;
- ❑ Articulação entre as entidades do Ecosistema dos Fundos e entidades externas



PT 2030: principais desafios das auditorias em operações

Envolver as entidades com responsabilidades na gestão dos fundos na implementação de melhorias que permitam:

- Prevenção de erros;
- Detecção precoce de problemas;
- Ação atempada para a sua correção



Reduzir o erro nas Auditorias em Operações



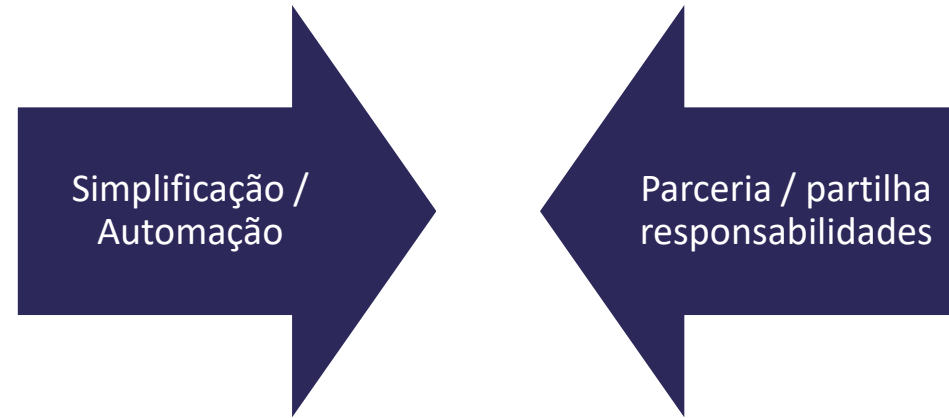
Adequar os procedimentos e ferramentas de trabalho da Auditoria visando:

- Nova legislação do PT2030 (questões climáticas, etc)
- Otimizar a realização das auditorias (Tempo e Recursos)
- Reduzir o risco de não deteção de erros;



Eficiência/Eficácia das auditorias

PT 2030: algumas medidas nas auditorias de operações



Critérios de Seleção

1. Diagnóstico e benchmark
2. Instrumentos de análise e procedimentos
3. Desenvolvimento de automação

Análise Pedidos de Pagamento/Despesa

Análise Contratação Pública

Permanente envolvimento das Autoridades de Gestão

Obrigada